JOHN RAWLS E JOHN ROEMER CRÍTICOS DO MARXISMO: ruptura ou continuidade?¹

JOHN RAWLS AND JOHN ROEMER CRITICS OF MARXISM: rupture or continuity?

Edivaldo Ribeiro de Santa Júnior²
Prof. Dr. Rodrigo Jungmann de Castro³

Resumo: Este trabalho examina a relação entre a teoria da justiça como equidade de John Rawls e a teoria da exploração desenvolvida por John Roemer no contexto do marxismo analítico. Partindo da hipótese de que Rawls pode ser interpretado tanto como herdeiro quanto como coveiro do marxismo, a pesquisa investiga em que medida os princípios rawlsianos oferecem uma alternativa normativa à crítica marxista da exploração. O estudo percorre a origem do marxismo analítico, o arcabouço normativo de Rawls e a proposta de Roemer de reformular o conceito de exploração sem recorrer à teoria do valor-trabalho. A análise se aprofunda na convergência entre os modelos distributivos de justiça e evidencia as tensões entre a crítica estrutural marxista e a gramática liberal do igualitarismo. Conclui-se que Roemer, ao incorporar categorias rawlsianas, preserva o impulso igualitário do marxismo, mas dilui suas bases estruturais, aproximando-se de uma crítica compatível com o liberalismo político. O trabalho propõe, assim, uma leitura crítica dessa inflexão teórica, situando-a no debate contemporâneo sobre justiça social.

Palavras-chave: Justiça como equidade; Exploração; Marxismo analítico; John Rawls; John Roemer.

Abstract: This paper examines the relationship between John Rawls's theory of justice as fairness and John Roemer's theory of exploitation within the framework of analytical Marxism. Based on the hypothesis that Rawls can be seen both as an heir and a gravedigger of Marx, the research explores to what extent Rawlsian principles offer a normative alternative to the Marxist critique of exploitation. The study reviews the origins of analytical Marxism, the normative structure of Rawls's theory, and Roemer's attempt to redefine exploitation without resorting to the labor theory of value. It further analyzes the convergence between distributive models of justice and highlights the tensions between structural Marxist critique and the liberal grammar of egalitarianism. The conclusion suggests that Roemer, by incorporating Rawlsian categories, preserves the egalitarian impulse of Marxism while weakening its structural foundations, thus approaching a form of critique compatible with political liberalism. This work contributes to a critical assessment of that theoretical shift in contemporary debates on social justice.

Keywords: Justice as fairness; Exploitation; Analytical Marxism; John Rawls; John Roemer.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja banca de defesa foi composta pelos seguintes membros: Prof. Dr^o Marcos Roberto Nunes Costa, na seguinte data: 06 de Agosto de 2025.

² Graduando em Filosofia pela UFPE.

³ Prof. do curso de Filosofia da UFPE.

Introdução

No decorrer do século XX, o marxismo sofreu um processo de reinterpretação profunda, tanto por suas dificuldades teóricas internas quanto pelo colapso político dos regimes que o invocavam. Em meio a essa crise, emergiu um movimento intelectual — o marxismo analítico — que buscou resgatar os objetivos normativos do marxismo utilizando as ferramentas da filosofia analítica e da teoria econômica neoclássica. Paralelamente, a teoria da justiça de John Rawls ganhou centralidade no pensamento político contemporâneo ao propor um modelo normativo poderoso para a redistribuição de recursos e a proteção das liberdades básicas.

Neste cenário, John Roemer, um dos principais nomes do marxismo analítico, desempenha um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que pretende renovar a crítica marxista da exploração, o faz por meio de categorias próximas ao igualitarismo liberal de Rawls, como a equidade distributiva e a responsabilidade individual. Sua tentativa de formular uma teoria da exploração sem recorrer à teoria do valor-trabalho e à mais-valia desloca o centro da crítica marxista para uma gramática da justiça compatível com princípios liberais.

Como bem nos assegura David Leopold (cf. 2022), pode-se dizer que o marxismo analítico emerge no final da década de 1970, impulsionado por obras como *Karl Marx's Theory of History: A Defence* (1978) de G.A. Cohen, sendo três nomes fundadores: Cohen, Jon Elster e John Roemer — que estabeleceram o uso do termo “marxismo analítico”. Nesse contexto fica claro que a marca distintiva do marxismo analítico é seu hibridismo entre métodos analíticos não marxistas (filosofia analítica, teoria da escolha racional, economia matemática) e compromissos normativos marxistas (classe, exploração, justiça social). O mais importante, contudo, é constatar que eles rejeitam a ideia de que exista um método marxista exclusivo, noutro giro usam métodos convencionais se estes servirem ao propósito. Não é exagero afirmar que apesar do uso de métodos não marxistas, mantêm um interesse em temas clássicos do marxismo — especialmente explicação histórica, estrutura de classes e exploração, bem como reconhecem explicitamente seu compromisso moral e político, ao contrário de correntes que defendem um marxismo puramente empírico.

Este trabalho pretende explorar esse cruzamento entre Rawls e Roemer, investigando em que medida as categorias da justiça como equidade podem ser

vistas como herdeiras — e talvez substitutas — da crítica marxista à exploração. A questão provocadora do título — ruptura ou continuidade — busca justamente iluminar essa tensão entre continuidade normativa (Rawls seria herdeiro do marxismo) e ruptura teórica (Rawls seria coveiro do marxismo).

Essa questão [Rawls como herdeiro e coveiro do marxismo] nos leva a considerar em que medida a teoria da justiça como equidade de Rawls pode ser interpretada como resposta liberal à crítica marxista da exploração. Dois caminhos se abrem, então. De um lado, cabe considerar como John Roemer, no interior do marxismo analítico, retoma essa crítica, e, ao mesmo tempo, se sua teoria representa uma síntese ou uma rendição ao paradigma rawlsiano.

Joseph Heath (cf. 2024) argumenta que pensadores do marxismo analítico — como Cohen, Roemer, van Parijs e Elster — não foram refutados pelo marxismo, mas “derrubados” por John Rawls, que ofereceu uma estrutura normativa mais eficaz para criticar o capitalismo. O autor deixa claro que Rawls, mesmo sem criticar Marx diretamente, se apropriou do impulso igualitário marxista ao formular princípios de justiça (liberdade + diferença) que eliminam a necessidade da teoria da exploração tradicional.

Esse desafio terá como objetivo geral analisar criticamente os pontos de contato e tensão entre a teoria da justiça de John Rawls e a reformulação da teoria da exploração proposta por John Roemer, avaliando se há continuidade normativa com a tradição marxista ou ruptura conceitual. Dessa forma, para alcançar um possível resultado, teremos como objetivos específicos: apresentar os principais elementos da teoria da justiça como equidade de Rawls; contextualizar o surgimento do marxismo analítico e a obra de Roemer; expor a crítica de Roemer à teoria do valor-trabalho e sua proposta alternativa de exploração; analisar as convergências entre os princípios de justiça distributiva em Rawls e os critérios de igualdade em Roemer; e avaliar criticamente se a proposta de Roemer mantém uma crítica genuinamente marxista ou se aproxima do liberalismo igualitarista.

O debate sobre justiça social, redistribuição e exploração continua central no mundo contemporâneo. Em essência, Rawls oferece uma proposta normativa influente. Imparcial e liberal, essa proposição se apresenta. Na busca de atualizar a crítica marxista, Roemer emprega métodos próximos às ferramentas de Rawls. Entendemos melhor o estado atual da teoria crítica ao explorar como esses autores se articulam e se distanciam. Especialmente, após a suposta "morte do marxismo

ocidental" mencionada por autores como Joseph Heath. Ou seja, este trabalho busca contribuir com uma análise filosófica rigorosa desse cruzamento. Entre a tradição marxista e o liberalismo igualitarista, ele realiza essa tarefa.

A pesquisa será teórica e bibliográfica. Utilizarão, como obras principais: John Rawls, *Uma Teoria da Justiça* (1971; 1999); John Roemer, *A General Theory of Exploitation and Class* (1982) e textos posteriores sobre justiça e igualdade de oportunidades. Esses autores farão uma explanação complementar. Comentários e análises secundárias do marxismo analítico, como os de G. A. Cohen, Erik Olin Wright e Joshua Cohen. Artigos e ensaios discutirão, também, o impacto do igualitarismo liberal sobre a tradição marxista, como nos exemplos de Joseph Heath, Thomas Nagel, Vivek Chibber e Nik French.

A abordagem será analítica e crítica. Propor-se-ão a expor com clareza os fundamentos teóricos e os argumentos centrais de cada autor, bem como avaliar suas consequências normativas.

Organizaremos nossa abordagem em diferentes seções, visando à clareza. Primeiramente, analisaremos o Marxismo analítico, uma das vertentes mais destacadas do pensamento marxista. Em seguida, apresentaremos a teoria da justiça de Rawls, que merece ser destacada por sua originalidade. Em continuação, vamos aprofundar na teoria do valor do trabalho e a exploração em Roemer, contribuição essencial. Posteriormente, buscaremos estabelecer uma ponte entre Rawls e Roemer, um diálogo fundamental. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais, que sintetizarão os principais pontos.

Destacam-se, assim, dois grandes pilares: por um lado, a teoria de Rawls, que reconfigura a questão da justiça econômica em termos compatíveis com uma ordem capitalista regulada, deslocando o foco da crítica marxista; por outro lado, a proposta de Roemer, que representa uma tentativa de preservar o núcleo da crítica da exploração dentro de uma estrutura normativa próxima ao igualitarismo liberal. Portanto, surge uma tensão constitutiva entre a herança normativa de Marx e a gramática liberal da justiça, tensionada tanto em Rawls quanto em Roemer. E, diante disso, surge a resposta à pergunta do título, apontando para uma conclusão complexa: Rawls e Roemer são, ao mesmo tempo, herdeiros e coveiros do marxismo — herdeiros ao absorver seu impulso igualitário; coveiros ao abandonarem seus fundamentos estruturais e sua crítica radical ao capital.

1 Marxismo analítico

O marxismo analítico surgiu com a publicação de uma obra em 1978. Essa obra foi *Karl Marx theory: A Defense*, escrita por G. A. Cohen. Nesta obra, o autor buscou esclarecer alegações do materialismo histórico. Ele usou técnicas da filosofia analítica para isso. A origem da aplicação é clara. Cohen era um canadense de origem judaica e comunista. Segundo Bertram, essa abordagem certamente pareceu perversa para dois grupos. Por que essa visão foi contestada? Marxistas e radicais no mundo anglófono estavam divididos entre campos hegelianos e althusserianos. Para Christopher Bertram, eles viam a filosofia analítica de Oxford e Cambridge como politicamente conservadora e estupidamente paroquial em sua perspectiva. Filósofos analíticos, por outro lado, tendiam a rejeitar Marx como tendo significado filosófico. Conforme, Bertram, para eles, as doutrinas centrais do materialismo histórico eram uma mistura. Essa mistura era de obscurantismo hegeliano e erros filosóficos ingênuos. Cohen acreditava, no entanto, que era possível usar as técnicas da filosofia da linguagem comum para esclarecer e declarar claramente as principais afirmações do materialismo histórico como preliminar necessária para avaliar a verdade ou falsidade dessas mesmas afirmações (cf. BERTRAM, 2007).

Continuando em seu raciocínio, Bertram admite que ao avançar em seu programa, firmemente se opunha Cohen a uma visão, que desde Plekhanov, se não antes, a maioria dos marxistas compartilhava. Ou seja, a visão de que há uma distinção fundamental no método entre o marxismo e a ciência social 'burguesa', que, para Cohen, era questionável, pois Marx, em sua opinião, fazia várias afirmações sobre o mundo – a respeito da história, das classes sociais, da revolução – que, legitimamente, poderiam ser objeto de investigação pelos mesmos métodos que se avaliava qualquer outro corpo de teoria social; como se Lukács tivesse dito que o marxismo deve ser distinguido não por suas afirmações empíricas, mas por seu método, Cohen defendia exatamente o contrário (cf. BERTRAM, 2007).

Para Bertran, o trabalho de Cohen (1941-2009) trouxe à tona, e encorajou, uma afinidade com outros pesquisadores, principalmente - embora não exclusivamente - no mundo anglo-saxão; John Roemer (1945-), economista americano, Jon Elster (1940-), filósofo norueguês, Erik Olin Wright (1947-2019),

sociólogo americano, Philippe Van Parijs (1951-), filósofo político belga, Adam Przeworski (1940-), cientista político polonês, Robert Brenner (1943-), historiador americano, sendo eles apenas alguns exemplos. Essa afinidade se deve ao fato de que esses pensadores, apesar de concordarem pouco sobre questões substanciais, e frequentemente discordarem profundamente uns dos outros, se orgulhavam de expor seus argumentos e posições com clareza, de maneira aberta à crítica e ao debate. Eles evitavam conscientemente estratégias antifalsificação, frequentemente praticadas por outros marxistas. Com isso, o grupo que formaram - batizado de "No-bullshit Marxism" ou "Marxismo Sem Autoengano", em razão da falta de rigidez dogmática característica de seus membros - apresentava uma característica surpreendente: alguns de seus membros, como Van Parijs, nunca se declararam marxistas (cf. BERTRAM, 2007).

Para Roemer, "há uma crise na teoria marxista, evidenciada por sua falta de sucesso em explicar o comportamento e os desenvolvimentos nos países socialistas modernos" (ROEMER, 1982, p. 2, tradução nossa)⁴.

O autor deixa claro que:

O comportamento político e, em certa medida, o desempenho econômico desses Estados parecem a muitos marxistas do final do século XX um conjunto de anomalias não previstas pela teoria clássica do socialismo científico de Marx e Engels. No que diz respeito ao comportamento político interno, a falta de democracia parece ser, se não onipresente no socialismo moderno, pelo menos suficientemente prevalente para que o fenômeno não possa ser descartado como uma aberração em uma experiência histórica que, de outra forma, foi corretamente prevista pelo marxismo (ROEMER, 1982: *Ibid*, tradução nossa)⁵.

Como John Elster afirma, a resistência ao uso de modelos de escolha racional e modelos intencionais é uma das razões para o desafio na teoria marxista. Nesse sentido, o marxismo analítico buscar renovar a teoria marxista clássica e torná-la mais relevante para a realidade social contemporânea. Assim consideramos as palavras de Elster, que afirma:

⁴ "There is a crisis in Marxian theory, evidenced by its lack of success in explaining the behavior of and developments in modern socialist countries" (ROEMER, 1982, p. 2).

⁵ "The political behavior and to some extent the economic performance of these states appear to many late twentieth-century Marxists as a set of anomalies not predicted by the classical theory of scientific socialism of Marx and Engels. Concerning internal political behavior, lack of democracy appears to be, if not ubiquitous in modern socialism, at least sufficiently prevalent that the phenomenon cannot be dismissed as an aberration in a historical experience which was otherwise correctly predicted by Marxism" (ROEMER, 1982: *Ibid*).

- e isso é fundamental - que, entre os marxistas, existe uma resistência, uma resistência generalizada, por assim dizer, ao uso de modelos de escolha racional e aos modelos intencionais de forma mais geral; alguns dos motivos subjacentes a essa atitude, aliás, são bastante respeitáveis... outros, no entanto, nem tanto. E é importante notar que essas razões são, em parte, gerais... enquanto outras são mais específicas (1985, p. 5 tradução nossa)⁶

A justificativa do autor, então, segue uma linha de raciocínio que nos leva a entender que o marxismo sofre de uma crise - uma crise que, é importante reafirmar, já foi explicada inúmeras vezes por outros autores. E é aqui que entra a questão do marxismo analítico, que, na visão desses autores, precisava dar ao marxismo uma nova roupagem, uma nova abordagem, por assim dizer... para, enfim, reafirmar sua relevância.

O surgimento do marxismo analítico, conforme explicado acima, implicou o uso de ferramentas da filosofia analítica para reconstruir racionalmente os fundamentos do materialismo histórico, afastando-se tanto do hegelianismo quanto do estruturalismo althusseriano. Um dos seus objetivos é recuperar a credibilidade explicativa e normativa do marxismo frente ao fracasso teórico diante das realidades dos países socialistas do século XX, como observado por Roemer. Os marxistas analíticos visam tornar suas proposições acessíveis ao escrutínio público e lógico, evitando “a obscuridade e a evasão” frequentemente associadas ao marxismo tradicional (cf. LEOPOLD, 2022). É possível ressaltar o uso de modelos de escolha racional e argumentação explícita, sobretudo na tentativa de substituir “argumentos retoricamente eficazes, mas logicamente frágeis” por fundamentos reconstruídos com precisão conceitual e compromisso empírico (cf. LEOPOLD, 2022).

A função do marxismo analítico é amplamente reconhecida por sua capacidade de tornar o pensamento marxista inteligível e compatível com os desafios normativos e institucionais contemporâneos. Como observa Joshua Cohen, esse projeto oferece vantagens significativas ao substituir o vocabulário normativo vago por princípios claros de justiça, alinhando-se a uma tradição democrática deliberativa. Segundo Elizabeth Anderson, as possibilidades oferecidas por

⁶ “*and this is crucial—that among Marxists there is a resistance, a widespread resistance, so to speak, to the use of rational choice models and to intentional models more generally; some of the reasons underlying this attitude, by the way, are quite respectable... others, however, not so much. And it's important to note that these reasons are, in part, general... while others are more specific*” (ELSTER, 1985, p. 5).

abordagens como a de John Roemer são particularmente valiosas porque deslocam o foco da produção para a estrutura institucional da dominação: o que caracteriza o capitalismo como um sistema de dominação não é a exploração no sentido tradicional marxista, mas a subordinação sistemática dos trabalhadores aos empregadores em uma estrutura privada de governo (ANDERSON, 2017, p. 39)⁷. Essa releitura aponta para o valor contemporâneo de categorias reformuladas de classe e justiça, capazes de dialogar com sociedades pluralistas e democráticas. Como destaca Callinicos, embora essa corrente tenha se afastado de aspectos centrais do marxismo clássico, ela preserva uma função crítica essencial: “como entender e dar continuidade à crítica de Marx à economia política” (CALLINICOS, 2006, p. 9)⁸. Nesse sentido, a abordagem discutida nesta seção não apenas atualiza a crítica marxista, mas oferece instrumentos conceituais relevantes para a teoria política contemporânea.

À medida que revisitamos os principais pontos discutidos anteriormente, exploramos como G. A. Cohen desafiou a ideia de que o marxismo exige um método distinto da ciência social tradicional, defendendo que suas teses devem ser avaliadas pelos mesmos critérios racionais e empíricos. Posteriormente, analisamos a crítica de Elster à rejeição marxista dos modelos de escolha racional, o que sinaliza uma resistência teórica a instrumentos analíticos modernos. Destacamos como o marxismo analítico buscou renovar sua base teórica por meio da clareza conceitual e da lógica argumentativa, tornando-se acessível à crítica pública. Destaca-se sua utilidade normativa contemporânea, especialmente ao dialogar com autores como Anderson, Cohen e Callinicos, que realçam sua capacidade crítica diante das estruturas capitalistas atuais. Dessa forma, abordamos o modo como essa tradição reformula a crítica da exploração e amplia sua relevância. Utilizando as evidências e citações apresentadas, ficou claro que, conforme citado acima, o marxismo analítico fornece base sólida para refletir sobre justiça.

⁷ “*Would people subject to such a government be free? I expect that most people in the United States would think not. Yet most work under just such a government: it is the modern workplace, as it exists for most establishments in the United States. The dictator is the chief executive officer (CEO), superiors are managers, subordinates are workers. The oligarchy that appoints the CEO exists for publicly owned corporations: it is the board of directors. The punishment of exile is being fired.*” (ANDERSON, 2017, p. 39).

⁸ “*How to understand and to continue Marx’s critique of political economy*” (CALLINICOS, 2006, p. 9).

2 A teoria da justiça de Rawls

Esta seção tem por objetivo examinar os principais conceitos e fundamentos teóricos que estruturam a noção de justiça segundo a tradição liberal igualitária. O ponto de partida é a obra *Uma Teoria da Justiça* (1971), de John Rawls, considerada um marco da filosofia política contemporânea por propor uma concepção contratualista de justiça que busca combinar equidade e liberdade. O autor norte-americano não se limita a criticar as injustiças do status quo, mas propõe um modelo normativo robusto para a organização justa das instituições sociais, a partir de princípios acordados sob condições de imparcialidade racional.

No centro de sua teoria está o dispositivo da "posição original", um experimento mental que busca simular um ponto de vista moral imparcial. Nessa situação hipotética, agentes racionais deliberam sobre os princípios que regerão a estrutura básica da sociedade, sob um "véu da ignorância", que lhes impede o conhecimento de traços contingentes como posição social, talento ou concepção de bem. Como observa o autor, "ninguém sabe qual é a sua posição na sociedade, e, portanto, não pode favorecer seus próprios interesses" (RAWLS, 1997, p. 13). Trata-se de uma construção ideal que visa garantir que os princípios adotados sejam aceitáveis por todos, quaisquer que sejam suas circunstâncias reais.

A partir desse cenário hipotético, emergem dois princípios centrais de justiça. O primeiro, denominado Princípio da Liberdade, estabelece que "cada pessoa deve ter um direito igual ao mais extenso sistema de liberdades básicas compatível com um sistema semelhante de liberdades para os outros" (Rawls, 1997, p.16). Isso inclui, entre outras, as liberdades de expressão, consciência, associação e os direitos políticos básicos. Esse princípio tem precedência lexical sobre os demais, pois visa assegurar o respeito incondicional à autonomia individual, fundamento de qualquer sociedade democrática.

O segundo princípio, conhecido como Princípio da Diferença, admite desigualdades sociais e econômicas apenas se estas beneficiarem os membros menos favorecidos da sociedade. Rawls sustenta que tais desigualdades são justificáveis somente se operarem "para o maior benefício dos menos favorecidos" (RAWLS, 1997, p.16). Esta formulação oferece uma crítica direta ao utilitarismo clássico, que admite o sacrifício das minorias em nome do bem-estar agregado. Em

oposição, Rawls preserva o valor moral de cada pessoa e sua inviolabilidade, garantindo que os mais vulneráveis não sejam preteridos no cálculo social.

A justiça como equidade, conceito central da teoria rawlsiana, exige que a estrutura institucional da sociedade incorpore tais princípios, garantindo a igualdade de oportunidades e uma distribuição justa dos recursos sociais. Rawls argumenta que “as instituições sociais devem ser justas e devem garantir que todos tenham a chance de alcançar suas metas” (RAWLS, 1997, p.5). Isso implica políticas públicas orientadas à remoção de desvantagens arbitrárias, à promoção de acesso universal à educação, saúde e a mecanismos efetivos de mobilidade social.

Além do aspecto institucional, Rawls reforça o papel normativo da justiça como critério moral superior na avaliação das estruturas sociais. Criticando o utilitarismo por negligenciar os direitos individuais, Rawls propõe que “a justiça é a primeira virtude das instituições sociais” (RAWLS, 1997, p.4), isto é, nenhuma estrutura deve ser mantida se não for justa, ainda que seja eficiente ou bem ordenada. O respeito à dignidade humana ocupa posição central em sua teoria, o que torna qualquer arranjo social que a negligencie fundamentalmente inaceitável.

As objeções à teoria de Rawls concentram-se em aspectos como a artificialidade da posição original e as dificuldades práticas de aplicação do Princípio da Diferença. Alguns críticos alegam que o véu da ignorância subestima a complexidade das motivações humanas e que a ênfase em redistribuição pode fomentar dependência estatal. Rawls, no entanto, reconhece tais desafios e os enfrenta no desenvolvimento posterior de sua teoria, sobretudo em *Justiça como Equidade: Uma Reformulação* (2001), onde reafirma que “a dignidade humana é o valor mais fundamental” (RAWLS apud MARTINS, 2009, p.100), e que os princípios de justiça visam preservar esse valor em todas as esferas institucionais.

A influência de *Uma Teoria da Justiça* ultrapassa os limites da filosofia política, alcançando campos como a economia normativa, a teoria constitucional e as políticas públicas. A obra desencadeou um novo ciclo de debates sobre equidade, liberdade e os limites do mercado, influenciando autores como Amartya Sen, Thomas Nagel e Martha Nussbaum. Rawls inaugura, assim, um novo paradigma normativo para refletir sobre desigualdade e direitos, permanecendo como referência incontornável nas discussões contemporâneas sobre justiça distributiva.

Em suma, *Uma Teoria da Justiça* fornece um arcabouço conceitual abrangente para pensar a justiça em termos institucionais e normativos, partindo de princípios acessíveis à razão pública. Por meio da posição original e do véu da ignorância, Rawls constrói um modelo imparcial e universalista para a seleção de normas justas. Seus dois princípios articulam liberdade e equidade de modo coerente, respondendo às insuficiências do utilitarismo e oferecendo diretrizes concretas para políticas públicas. A atualidade de sua teoria reside no compromisso inegociável com a dignidade humana e com a construção racional de instituições sociais que respeitem igualmente todos os cidadãos.

3 Roemer: uma teoria de exploração e classe

Na introdução de *A General Theory of Exploitation and Class* (1982), John E. Roemer empreende uma reavaliação crítica do marxismo tradicional, com especial atenção à sua aplicabilidade aos regimes socialistas contemporâneos. Ele identifica o que denomina uma “crise” na teoria marxista, derivada de sua incapacidade explicativa diante de certos fenômenos observados nesses contextos. Segundo o autor, muitos marxistas passaram a reconhecer que a ausência de democracia e a persistência de desigualdades socioeconômicas em países autodenominados socialistas constituem anomalias não previstas pela teoria clássica. Roemer afirma:

A expectativa geral dos marxistas era que a aniquilação de um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção traria uma sociedade que seria uma melhoria incondicional em relação ao capitalismo (ROEMER, 1982, p. 3, tradução nossa)⁹.

Para fins analíticos, Roemer define socialismo como um sistema no qual os meios de produção são propriedade estatal. Sua proposta é manter o debate em nível abstrato e teórico, fornecendo uma estrutura conceitual suscetível de posterior verificação empírica. Embora reconheça os avanços em industrialização e bem-estar social observados em países socialistas, enfatiza que esses progressos não eliminam a insuficiência teórica do marxismo frente aos desafios do século XX.

Parte substancial da crítica de Roemer concentra-se em erros metodológicos recorrentes no pensamento marxista. Ele identifica dois equívocos centrais: o

⁹ “The general expectation of Marxists had been that the annihilation of an economic system based on private ownership of the means of production would bring about a society which would be an unqualified improvement over capitalism.” (ROEMER, 1982, p. 3).

primeiro consiste em desconsiderar uma sociedade como socialista em função de seus defeitos políticos ou desigualdades, o que inviabiliza um diagnóstico realista. O segundo reside na tendência de priorizar explicações políticas ou sociológicas em detrimento da análise econômica — o que, segundo ele, compromete a fidelidade ao materialismo histórico e à centralidade das relações de classe.

Para superar essas limitações, Roemer propõe uma teoria geral da exploração que não se restrinja a contextos capitalistas, mas que abranja múltiplos arranjos institucionais. Ele procura identificar os mecanismos fundamentais de apropriação de excedente, independentemente do sistema em que operam. Nesse percurso, levanta a seguinte questão analítica: “Quais instituições de uma economia são essenciais para que alguma concepção de exploração faça sentido, e quais são incidentais?” (ROEMER, 1982, p. 8, tradução nossa)¹⁰, deslocando o foco do modelo de produção para a estrutura institucional que sustenta relações desiguais.

Um conceito central desenvolvido por Roemer é o Princípio da Correspondência entre Exploração e Classe (CECP). Tal princípio define como exploradores aqueles que contratam mão de obra para maximizar sua produção, e como explorados aqueles que vendem sua força de trabalho. A validade dessa formulação é demonstrada por meio de modelos econômicos abstratos, como o modelo do milho, no qual a exploração é explicada por desigualdades na posse de ativos produtivos — e não por coerção direta. Trata-se de uma análise estrutural das posições de classe e não de um julgamento moral sobre intenções individuais.

Roemer enfatiza que a teoria da exploração deve romper com a dependência da teoria do valor-trabalho e concentrar-se nas relações de propriedade e acesso aos meios de produção. Segundo ele, “a dimensão institucional que agora precisamos variar é aquela rotulada como ‘locus’ de propriedade dos meios de produção”, não aquela com a qual Marx estava preocupado” (ROEMER, 1982, p. 7, tradução nossa)¹¹. Essa mudança permite compreender a exploração como um fenômeno mais amplo, capaz de ocorrer em contextos diversos, incluindo economias socialistas.

A teoria geral proposta é então aplicada à análise dos regimes socialistas reais, onde Roemer identifica formas alternativas de exploração. Ele argumenta que,

¹⁰ “Which institutions of an economy are essential for some conception of exploitation to make sense, and which are incidental?” (ROEMER, 1982, p. 8).

¹¹ “The institutional dimension which we are now required to vary is the one labeled ‘ownership locus of the means of production’, not the one with which Marx was concerned” (ROEMER, 1982, p. 7).

embora a exploração capitalista não esteja presente nesses contextos, formas como a exploração de status e a exploração socialista persistem. Para o autor, “a exploração socialista certamente existe nessas sociedades, como deveria” (ROEMER, 1982, p. 22, tradução nossa)¹², o que sugere que a transição ao socialismo não elimina automaticamente as relações de dominação econômica.

Por fim, Roemer relaciona suas conclusões ao materialismo histórico, argumentando que o desenvolvimento das forças produtivas pode propiciar a superação de diversas formas de exploração. Sua proposta visa atualizar os fundamentos marxistas à luz das transformações institucionais do século XX. Rechaçando a ideia de fidelidade doutrinária, ele afirma: “Nossa tarefa não pode ser a aplicação do ‘marxismo’ às condições do final do século XX, mas sim a hipótese materialista histórica a essas condições” (ROEMER, 1982, p. 24, tradução nossa)¹³, reiterando a necessidade de adaptação teórica frente às mutações históricas.

4 Ponte entre Rawls e Roemer: os críticos

O diálogo entre John Rawls e John Roemer permite compreender não apenas dois projetos filosóficos distintos, mas também o modo como a teoria da justiça e a crítica da exploração se reconfiguram nas últimas décadas do século XX. Enquanto Rawls oferece uma reconstrução normativa da justiça distributiva em sociedades liberais, Roemer busca revitalizar a crítica marxista por meio de ferramentas analíticas modernas. Ambos compartilham um horizonte comum: o compromisso com a equidade e a busca por fundamentos normativos robustos para enfrentar as desigualdades estruturais.

No entanto, essa convergência é lida de maneira distinta por seus intérpretes contemporâneos. Joseph Heath (2023) argumenta que a teoria da justiça de Rawls representou o “fim do marxismo ocidental” não porque o tenha refutado diretamente, mas porque ofereceu uma alternativa mais convincente em termos normativos e retóricos. Segundo Heath, “os marxistas analíticos, depois de removerem toda a enroscagem do marxismo, descobriram que não havia mais nada além do liberalismo”

¹² “My conclusion is that socialist exploitation certainly exists in these societies, as it should.” (ROEMER, 1982, p. 22)

¹³ “Our task cannot be the application of “Marxism” to late twentieth-century conditions, but of the historical materialist hypothesis to those conditions” (ROEMER, 1982, p. 24).

(HEATH, 2023, tradução nossa)¹⁴. Isso explicaria por que pensadores como G. A. Cohen, John Roemer e Philippe Van Parijs abandonaram o valor-trabalho e se aproximaram do igualitarismo liberal rawlsiano. Para Heath, a força de Rawls estaria justamente na capacidade de derivar princípios de justiça de forma racional e imparcial, algo que o marxismo, em sua versão tradicional, falhava em fazer.

Roemer é frequentemente citado como exemplo dessa transição paradigmática. De fato, ao rejeitar a teoria do valor-trabalho e propor uma análise da exploração baseada em desigualdade de propriedade, ele aproxima-se da lógica institucional rawlsiana, ainda que mantenha uma linguagem marxista. Como afirma Heath, “resolver o problema da exploração pode não resolver o problema da desigualdade”, o que leva Roemer a optar por uma crítica baseada em estruturas econômicas e não em categorias morais herdadas do marxismo clássico (cf. HEATH, 2023).

Contudo, essa leitura não é unânime. Na entrevista concedida à *Jacobin Brasil*, Vivek Chibber critica a ideia de que o liberalismo teria substituído o marxismo. Para ele, essa narrativa ignora que o marxismo, enquanto método histórico e estrutural, não depende exclusivamente da teoria da exploração para justificar sua crítica ao capitalismo. Vivek Chibber e Nik French sustentam que o marxismo “permanece necessário porque fornece uma explicação estrutural das relações de classe, da acumulação de capital e das formas de dominação” (Cf. CHIBBER; FRENCH, 2024), aspectos que o liberalismo, mesmo em sua versão rawlsiana, tende a negligenciar. Ainda que Rawls contribua com uma crítica distributiva importante, ele não explicaria por que certas estruturas de desigualdade se reproduzem sistematicamente no capitalismo.

Ao articular essas posições, observa-se que Roemer transita num território intermediário. Ele não renuncia ao marxismo enquanto diagnóstico estrutural das relações de dominação, mas incorpora critérios normativos compatíveis com o liberalismo igualitário. A proposta de uma “teoria geral da exploração” desvinculada do valor-trabalho representa não apenas um distanciamento de Marx, mas também uma tentativa de atualizar o materialismo histórico diante das falhas explicativas do socialismo real. Como destaca Roemer, “nossa tarefa não pode ser a aplicação do

¹⁴ “If one felt like putting the point polemically, one might say that the “no-bullshit” Marxists, after having removed all of the bullshit from Marxism, discovered that there was nothing left but liberalism” (HEATH, 2023)

‘marxismo’ às condições do final do século XX, mas sim a hipótese materialista histórica a essas condições” (ROEMER, 1982, p. 24, tradução nossa)¹⁵.

Em última análise, a ponte entre Rawls e Roemer revela mais do que um diálogo entre duas tradições filosóficas; revela uma reconfiguração dos termos da crítica social no pós-Guerra Fria. Se para Heath o triunfo de Rawls significou o abandono da utopia marxista em favor de uma crítica liberal viável, para Chibber e French essa leitura é apressada e despolitizante. Roemer, nesse contexto, aparece como figura ambígua: herdeiro em sua atenção às estruturas e coveiro do marxismo clássico ao redefinir o conceito de exploração segundo categorias próximas ao igualitarismo liberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar os pontos de convergência e tensão entre a teoria da justiça como equidade de John Rawls e a reformulação da teoria da exploração proposta por John Roemer no interior do marxismo analítico. A questão que orientou a pesquisa — se Rawls pode ser considerado herdeiro e coveiro do marxismo — revelou-se produtiva para compreender os deslocamentos teóricos que marcaram o debate político-filosófico do final do século XX e início do século XXI.

Partimos da constatação de que o marxismo analítico emergiu como tentativa de renovar a crítica marxista, empregando os instrumentos da filosofia analítica, da teoria da escolha racional e da modelagem econômica formal. Essa vertente, inaugurada por autores como G. A. Cohen, Jon Elster e John Roemer, afastou-se de pressupostos metodológicos tradicionais — como a teoria do valor-trabalho e o historicismo dialético — em favor de maior clareza conceitual, coerência argumentativa e abertura à crítica.

Na sequência, examinamos a teoria rawlsiana da justiça, estruturada a partir da posição original e do véu da ignorância, de onde emergem os princípios da liberdade e da diferença. Rawls formulou uma concepção normativa poderosa que articula equidade e autonomia, propondo uma alternativa ao utilitarismo e às doutrinas meritocráticas. Sua teoria tem impacto profundo não apenas na filosofia

¹⁵ “*Our task cannot be the application of "Marxism" to late twentieth-century conditions, but of the historical materialist hypothesis to those conditions*” (ROEMER, 1982, p. 24).

política, mas também na formulação de políticas públicas em sociedades democráticas contemporâneas.

Roemer, por sua vez, propõe uma teoria geral da exploração desvinculada da teoria do valor-trabalho, ancorada em modelos econômicos formais e em uma concepção institucional das desigualdades. Sua crítica desloca o foco da produção para a estrutura de propriedade, indicando que a exploração pode ocorrer em diferentes sistemas econômicos, inclusive no socialismo estatal. Em sua análise, a exploração não resulta de coerção direta, mas de assimetrias estruturais no acesso aos meios de produção. Ao fazê-lo, Roemer aproxima-se dos fundamentos igualitaristas de Rawls, o que levanta dúvidas quanto à permanência de uma crítica genuinamente marxista em sua obra.

O capítulo que aproximou ambos os autores à luz das leituras de Joseph Heath, Vivek Chibber e Nik French demonstraram que a relação entre Rawls e Roemer está longe de ser unívoca. Enquanto Heath defende que a sofisticação normativa de Rawls teria superado a crítica marxista, Chibber e French advertem que a estrutura explicativa do marxismo não pode ser substituída por um modelo puramente distributivo. Roemer aparece, assim, como figura ambígua: sua obra representa tanto a preservação de um impulso igualitário comum ao marxismo quanto a substituição de seu aparato conceitual por categorias compatíveis com o liberalismo político.

Dessa forma, a hipótese inicial do trabalho se confirma em sua complexidade. Rawls e Roemer podem ser vistos como herdeiros do marxismo ao absorverem suas preocupações com a desigualdade e a justiça social, mas também como coveiros, na medida em que abandonam os fundamentos estruturais da crítica ao capital. O primeiro ao propor uma justiça regulada dentro da ordem liberal-democrática; o segundo ao redefinir a exploração como problema distributivo institucional, compatível com a linguagem rawlsiana.

A presente investigação permitiu compreender como a crítica à exploração e a busca por justiça permanecem centrais na teoria política contemporânea, ainda que se expressem em gramáticas distintas. A aproximação entre Rawls e Roemer revela tanto os limites quanto as possibilidades de reconciliação entre o liberalismo igualitarista e a tradição marxista. Em tempos marcados por desigualdades persistentes e por novos desafios normativos, revisitar esse debate é não apenas relevante, mas urgente.

Referências

ANDERSON, Elizabeth. **Private government: how employers rule our lives (and why we don't talk about it)**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

BERTRAM, Christopher. Marxismo analítico. *In*: ALLEN, Chris; TURCHETTI, Pablo (orgs.). **Critical companion to contemporary marxism**. Leiden: Brill, 2007. cap. 6. Disponível em: <https://www.scribd.com/doc/53322745/Critical-Companion-to-Contemporary-Marxism>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CALLINICOS, Alex. **The resources of critique**. Cambridge: Polity Press, 2006.

CHIBBER, Vivek; FRENCH, Nick (entrevistador). **Não, o liberalismo não enterrou o marxismo** [entrevista]. Tradução Marcos Martim. Jacobin Brasil, 15 out. 2024. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2024/10/nao-o-liberalismo-nao-enterrou-o-marxismo/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ELSTER, Jon. **Making sense of Marx: studies in marxism and social theory** Cambridge: Cambridge University Press, 1985. vol. 4, 556 p. Disponível em: <https://josephheath.substack.com/p/john-rawls-andthe-death-of-western>. Acesso em: 21 jun. 2025.

HEATH, Joseph. John Rawls and the death of western marxism. **Substack**, 21 fev. 2023. Disponível em: <https://josephheath.substack.com/p/john-rawls-and-the-death-of-western>. Acesso em: 21 jun. 2025.

JUNGMANN, Rodrigo. Deturparam Marx?: uma investigação à luz do materialismo histórico. *In*: **A concepção materialista da história**/ Rodrigo Jungmann [tradução], Karl Federn. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2025.

LEOPOLD, David. Analytical marxism. *In*: **Stanford encyclopedia of philosophy**. Stanford: Metaphysics Research Lab, primeiro publicado em 5 set. 2022. Última revisão n.d. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/marxism-analytical/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MAYER, Thomas F. **Analytical marxism**. Philadelphia: Temple University Press, 1994. (Contemporary Social Theory).

MARTINS, Isabel Amara. **Justiça como equidade para a sociedade dos povos em John Rawls**. 2009.122 f. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Filosofia, 2009

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça [A theory of justice]**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROEMER, John E. **A general theory of exploitation and class [Uma teoria geral da exploração e da classe]**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

WRIGHT, Erik Olin. **Como ser anticapitalista no século XXI?** Tradução de Fernando Cauduro Pureza. Prefácio de João Alexandre Peschanski; posfácio de Michael Burawoy. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 200 p.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Deus criador de todo o universo. Aos meus pais e à minha família que são a minha base. Ao meu orientador que acreditou neste trabalho. Por fim agradeço a todos do Departamento de Filosofia desta Universidade.